

Diagnóstico Socioterritorial junto ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente

Poliana Silva de Oliveira ¹
José Renato Gatto Júnior ²
Fabiana Ribeiro Santana ³
Priscila Norié de Araujo ⁴
Cinira Magali Fortuna ⁵

RESUMO

Caracterização do Problema: Relata-se neste trabalho a experiência de uma enfermeira, como representante do setor saúde no Conselho Municipal da Criança e Adolescente (CMDCA), de um município do interior do estado de São Paulo. O CMDCA apresenta como competências, formular, deliberar e fiscalizar as políticas públicas relativas à população infantojuvenil. Por vezes, a atuação do CMDCA pode se afastar da sua tarefa primordial. É recomendável que as ações se pautem em diagnósticos formais em relação à realidade da infância e adolescência no município. Descrição: O CMDCA não orientava suas ações a partir da reflexão sobre os problemas, fato que foi levantado pela enfermeira em reuniões do conselho, disparando desta forma discussões sobre a temática e que resultaram na organização de uma comissão intersetorial coordenada pela mesma e composta por representantes do CMDCA, profissionais de serviços públicos como do Centro de Referência em Assistência Social, Poder Judiciário, Conselho Tutelar, Educação e representantes de entidades da sociedade civil. A comissão intersetorial então realizou reuniões para levantamento de necessidades e da formulação de estratégias para um dado “diagnóstico”. Ficou acordado a realização de um diagnóstico socioterritorial realizado por profissionais especializados e que promovesse a participação ativa de profissionais de serviços e entidades de atuação infantojuvenil, assim como a participação de crianças, adolescentes e famílias. Lições Aprendidas: A atuação da enfermeira no CMDCA mostrou as possibilidades de atuação da enfermagem fora dos modos instituídos da profissão, restrita aos serviços de saúde, assim como a importância de parcerias intersetoriais. Ao dispararmos e sustentarmos discussões dentro dos espaços que ocupamos há possibilidades de que ocorrerem fissuras nos modos instituídos de funcionamento das organizações. Recomenda-se desta maneira a criação de movimentos de problematização do lugar que os conselhos de direitos ocupam na sociedade e do próprio setor saúde.

Palavras-chave: Participação Social, Controle social, Enfermagem, Infância, Adolescência.

¹Enfermeira, Doutoranda do Programa Pós Graduação Enfermagem em Saúde Pública da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo – São Paulo, polianasilva@usp.br ;

²Doutor em Ciências. Coordenador do curso de bacharelado em Enfermagem da Faculdade de Educação São Luís de Jaboticabal. – São Paulo, jose.gatto@alumni.usp.br

³Professora Doutora do Departamento de Saúde Coletiva, Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública, Universidade Federal de Goiás– Goiás, fabiana.fen@gmail.com

⁴ Doutoranda do Programa Pós-graduação Enfermagem em Saúde Pública da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo – São Paulo, priscila.araujo@usp.br.

⁵ Professora Doutora Associada, Departamento Materno-Infantil e Saúde Pública, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo. – São Paulo, fortuna@eerp.usp.br

